Tribunal de Contas da União

Governança e Sustentabilidade

O papel do TCU

junho de 2018

MISSÃO: APRIMORAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE POR MEIO DO CONTROLE EXTERNO.

NIVELAMENTO...

SOCIEDADE QUER RESULTADOS, EFICIÊNCIA E TEMPESTIVIDADE

ACESSO À INFORMAÇÃO PELO CIDADÃO

DESCRENÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

COMBATE A FRAUDES E CORRUPÇÃO

SUSTENTABILIDADE, SER MAIS "VERDE"

POLÍTICA FISCAL IMPOSTA PELA PEC 95

GESTOR: FAZER AS ESCOLHAS "CERTAS" E PRESTAR CONTAS – AVERSÃO A RISCOS

Cenários:

Robô – pregoeiro, algoritmos e blockchain

Processo de contratações mais complexos

Rede Nacional de Compras Públicas

Nova Lei de Licitações

Acordos internacionais sobre contratações públicas

Desafios:

Incorporar os municípios na rede de sustentabilidade

Incorporar os micros e pequenos empresários na cadeia de fornecedores sustentáveis

Capacitar fiscais contratuais no recebimento de bens e serviços sustentáveis

Quantificar os benefícios financeiros das ações e compras sustentáveis

E o TCU nisso?

IGOV- AQUISIÇÕES
ACÓRDÃO 2.622/2015-PLENÁRIO

1. Liderança organizacional
2. Diretrizes para as aquisições
3. Plano de aquisições
4. Comitê de aquisições
5. Modelo de competências
6. Avaliação da estrutura da área de aquisições
7. Capacitação
8. Seleção de gestores com base em competências
9. Competências, atribuições e responsabilidades dos dirigentes, com respeito às aquisições.
10. Comunidade de práticas
11. Código de ética
12. Política de delegação de competência
13. Gestão de riscos nas aquisições
14. Auditoria Interna
15. Transparência nas aquisições
16. Alocação orçamentária com base em riscos
17. Modelo de processo de aquisições
18. Conta Vinculada
19. Listas de verificação – parecer jurídico
20. Listas de verificação - pregoeiro

SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

AUDITORIA EM

SUSTENTABILIDADE

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

TCU

CONTEXTO

Ambiental (Ambientalmente responsável)

Social (Socialmente justo)

Econômico (Economicamente viável)

- Restrição orçamentária
- Recursos naturais limitados
- Poder indutor das compras públicas 20% PIB
- Necessidade de inserção social

OBJETIVOS DA AUDITORIA

Avaliar o grau de implementação das ações de sustentabilidade na Administração Pública Federal (APF)

Principais temas abordados

- Governança nas políticas
- Consumo sustentável
- Gestão de resíduos
- Sustentabilidade nas aquisições
- Construções sustentáveis

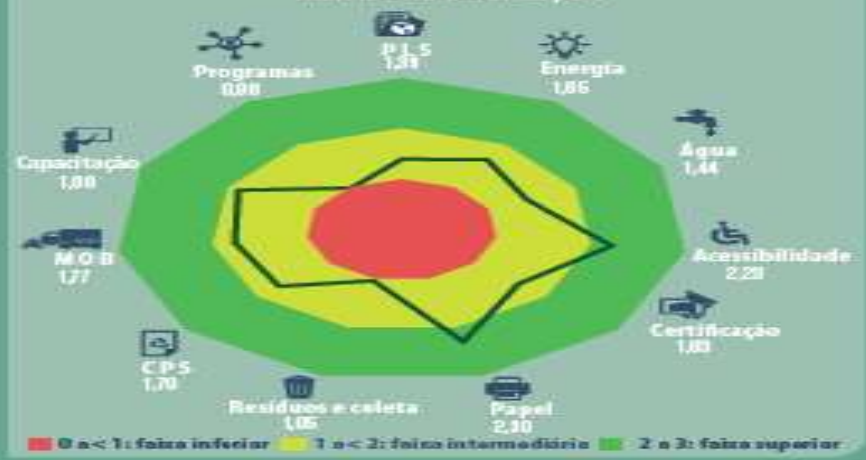
PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS

- 51% das instituições pesquisadas não possuem Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS)
- Ausência de atuação da Comissão Interministerial de Sustentabilidade (Cisap)

Implementação insatisfatória das ações de sustentabilidade pela Administração Pública Federal, em razão de deficiências de planejamento, coordenação e aderência a requisitos de desenvolvimento sustentável.

- Menos de 1% das Contratações Públicas são Compras Públicas Sustentáveis (CPS)
- Ausência de riscos socioambiental dificulta ações de sustentabilidade

Índice de Acompanhamento de Sustentabilidade na APF
IASA Média Geral = 1,64



PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES DO TCU

- Retomada das atividades da Comissão Interministerial de Sustentabilidade (Cisap);
- Exigência da inclusão do PLS no planejamento das instituições da Administração Pública Federal (APF);
- Obrigatoriedade da criação de núcleo de sustentabilidade na estrutura das instituições da APF; e
- Aprimoramento dos critérios e das práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.

Acórdão 1056/2017- TCU - Plenário
Processo TC 006.615/2016-3
Relator: Ministro-Substituto André Luis de Carvalho
www.tcu.gov.br

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

12 PRODUÇÃO E CONSUMO RESPONSÁVEIS

Placas fotovoltaicas instaladas na
cobertura do Anexo III da Sede

CONCLUINDO...e para o futuro?

-COMPRAS PÚBLICAS INTELIGENTES:

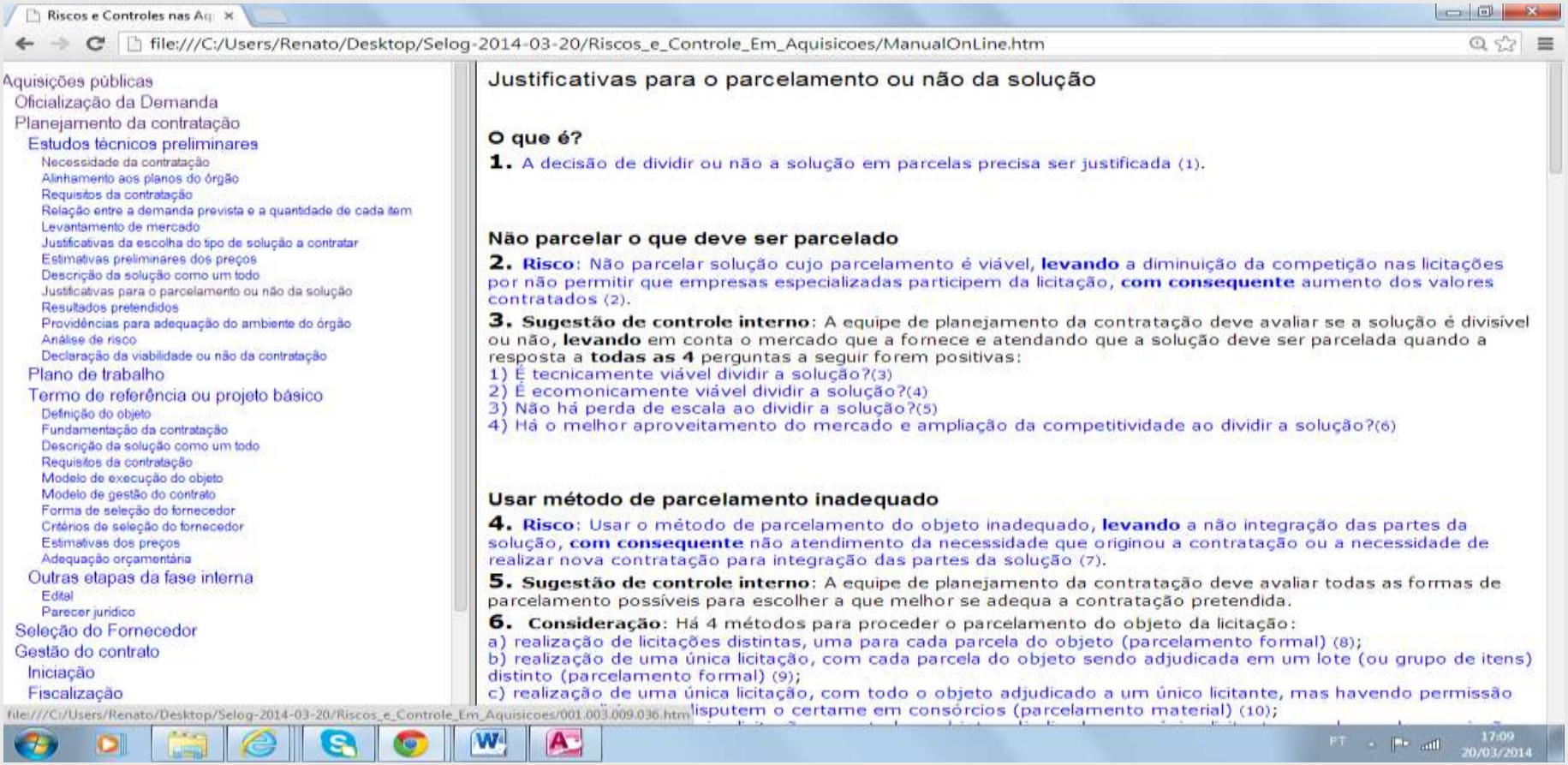
-SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA CIRCULAR;
-PLANO ANUAL DE COMPRAS;
-INOVAÇÃO – START UPS; PPPs;
-GOVERNANÇA – FUNÇÃO ESTRATÉGICA;
-FOCO NO RESULTADO;
-DESBUROCRATIZAÇÃO;
-INCENTIVO AO MICRO E PEQUENO EMPREENDEDOR;
-COMPRAS COMPARTILHADAS;
-CENTRALIZAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO
-MAIOR INTERAÇÃO COM O MERCADO;
-AUTOMAÇÃO – SMARTPHONE,
-COMÉRCIO INTERNACIONAL - ACORDOS;
-UTILIZAÇÃO DE CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS.

TCU e a disseminação de conhecimento

No sítio do TCU (www.tcu.gov.br), encontram-se:

- **Jurisprudência sistematizada;**
- **download do Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação;**
- **push para o Informativo de Jurisprudência de Licitações;**
- **Biblioteca Digital (para download)**
- **Obras públicas: recomendações para a contratação e fiscalização de obras públicas, e orçamentação** http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/orientacoes-para-elaboracao-de-planilhas-orcamentarias-de-obras-publicas.htm);
- **Riscos e Controles das Aquisições (RCA);**
- **O Instituto Serzedello Correa (ISC/TCU) oferece cursos à distância no sítio acima indicado.**

RCA – Riscos e Controles nas Aquisições



Acessível em http://www.tcu.gov.br/selog

OBRIGADO!

Selog

SAF Sul, Quadra 4 - lote 1, Anexo II, sala 403
Cep: 70.042-900
Tel: 3316-7301 selog@tcu.gov.br

Ouvidoria: 0800-6441500 ou www.tcu.gov.br

Acompanhe o TCU

http://www.tcu.gov.br
0800-644-1500

www.facebook.com/tcuoficial

www.youtube.com/tcuoficial

www.twitter.com/tcuoficial

Portal/ TCU_CUSTOM.RSS_TCU_NOTICIAS